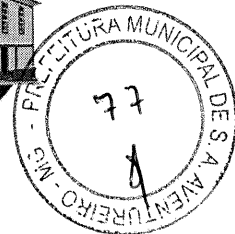




**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



**PARECER JURÍDICO**

**“AQUISIÇÃO DE TUBOS DE METALON E OUTROS CORRELATOS PARA CONFECÇÃO DE UMA  
GRADE E UM CORRIMÃO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO DOMINGOS E DO ALTO  
DA CONCEIÇÃO”**

Por determinação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, o servidor Mateus Silva Rocha, Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Santo Antonio do Aventureiro, consulta-me, expressamente, acerca da possibilidade de se adquirir Tubos de Metalon e outros correlatos para confecção de grade e corrimão, afim de suprir a necessidade urgente do Município em dar maior segurança aos alunos matriculados nas Escolas Municipais de São Domingos e do Povoado do Alto da Conceição, além de precaver furtos na Escola Municipal do Alto da Conceição, mediante Dispensa de Licitação.

Acompanhando a consulta estão a Proposta e Documentação da empresa Metalon 2000 – Comércio de Ferragens Ltda./ME, Edital, Ata, Termo de Homologação e Publicações do Pregão Presencial nº 034/2021, além da Solicitação e Termo de Referência da Secretária Municipal de Educação.

Diante disso, transcrevo o seguinte dispositivo da Lei Federal 8.666/93:

*LEI FEDERAL Nº 8.666/93*

*“Art. 24 – É dispensável a licitação:*

*(...)*

*V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”.*

Começo evidenciando que a Constituição determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ser antecedida, em regra, de licitação, um procedimento preliminar formal, isonômico e vinculado, voltado ao atendimento do interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, no entanto, existem algumas situações em que a realização do procedimento de licitação pode colocar em risco ou prejudicar o interesse e a segurança pública; e, diante dessas excepcionalidades a Lei Federal 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos Públicos) autorizou hipóteses em que a realização da competição poderá ser dispensada através de contratações diretas.

*B.M.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



Observa-se que as exceções ao princípio da obrigatoriedade de licitar estão regulamentadas pela Diploma legal acima citado, em seus artigos 24 e 25, podendo se dar por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A dispensa de licitação, será possível, portanto, quando, embora possível a realização de procedimento licitatório, o mesmo não seja viável, autorizando a lei que o servidor não promova a licitação. Isso quer dizer que a autorização prevista no art. 24 não possui força vinculativa ao administrador, cabendo a este a escolha de realizar ou não procedimento de licitação no caso concreto.

Entretanto, em que pese a liberdade concedida, para que o Estado possa valer-se da dispensa de licitação é necessário que haja expressa previsão legislativa. Não por outra razão é que o art. 24 da Lei Federal 8.666/93 traz um rol taxativo de trinta e cinco situações em que é dispensável a realização de certame licitatório, hipóteses essas que não admitem interpretações extensivas para que a obrigação de licitar seja afastada.

Com efeito, o critério adotado pela lei, para estabelecer a hipótese de dispensa de licitação é finalística, atendida a finalidade legalmente posta, possível será a contratação direta. O legislador se escusou, portanto, de enumerar o que poderia ou não ser contratado, possivelmente por compreender que, diante da situação de emergência, imprevisíveis são as medidas que se farão necessárias para o seu combate, sendo mais eficiente indicar o que se propõe a habilitação legal para dispensa a licitação, do que indicar, exaustivamente, o que poderá ser contratado.

Cabe observar que apesar de estar se baseando no art. 24, V, da Lei Federal 8.666/93, devemos chamar atenção quanto a necessidade de uma aquisição imediata dos materiais ora pretendidos, em virtude de uma supremacia da segurança pública para garantir o atendimento do interesse público, sobretudo dos alunos matriculados nas Escolas Municipais de São Domingos e do Povoado do Alto da Conceição.

Deverá existir, portanto, nexo de causalidade entre a realização do serviço e/ou aquisição do material pelo Administrador da Coisa Pública e o combate à situação emergencial, não se admitindo a contratação com finalidade diversa.

No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses, assim como no caso em apreço pelo fato da licitação não poder ser repetida sem prejuízo para a Administração. Demora em realizar a prestação dos serviços ou adquirir certos bens produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico e como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização de sacrifício a esses valores.

Dito isso, conclui-se que a aquisição dos materiais ora pretendidos não é suficiente para que o Estado deixe de realizar o procedimento de licitação com base na Lei Federal 8.666/93, sendo necessário que haja uma necessidade de que os materiais sejam adquiridos imediatamente, sob risco de prejuízo a segurança pública e interesse coletivo.

BH



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



Observa-se que a referida contratação tem por base atender necessidade urgente do Município de Santo Antonio do Aventureiro em dar maior segurança aos alunos matriculados nas Escolas Municipais de São Domingos e do Povoado do Alto da Conceição, além de precaver furtos na Escola Municipal do Alto da Conceição, sendo a confecção da grade para atender a Escola do Alto da Conceição e o corrimão para atender a outra escola.

Registra-se que atualmente o Município de Santo Antonio do Aventureiro está respondendo processo judicial, o qual deixa claro que só será liberado o início das aulas na Escola de São Domingos após confecção de corrimão que dará segurança aos alunos ali matriculados, sendo a respectiva aquisição, também, para cumprir essa determinação legal.

Em relação ao quantitativo pretendido, este procedimento de dispensa está sendo realizado para a aquisição do mesmo quantitativo pretendido no certame licitatório realizado anteriormente, o qual será utilizado para o atendimento da situação emergencial detalhada no Termo de Referência do respectivo procedimento licitatório.

Salienta-se que a empresa em questão apresentou o documento de constituição de sua empresa, Alvará de Localização e Funcionamento, CNPJ, CRF do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal, Certidão de Falência e Concordata Negativa e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado sede da Empresa, a qual comprova o seu enquadramento como microempresa, além da Declaração de que Não Emprega Menor.

Devido à urgente necessidade de se adquirir os materiais discriminados e quantificados na tabela que se segue, para que se dê maior segurança às Escolas Municipais de São Domingos e do Povoado do Alto Conceição e, também, para que se cumpra determinação legal; além do fato de não acudirem interessados no processo licitatório anterior (Processo Licitatório nº 085/2021, Pregão Presencial nº 034/2021) para a compra dos respectivos materiais, apesar da ampla publicidade dada pela Administração, passo a expor o seguinte:

Registra-se que os preços dos materiais hora pretendidos, assim como seus quantitativos estão discriminados na tabela abaixo:

Item	Detalhamento dos Produtos/Materiais	Unid.	Quant.	P. Unit.	P. Total
01	FECHADURA EXTERNA COM ESPELHO 501	UN	1,0000	60,4900	60,49
02	MECÂNICO 3/8 (VARA 6 METROS)	UN	10,0000	37,1500	371,50
03	TUBO METALON 20X20X18 (VARA 6 METROS)	UN	110,0000	57,3533	6.308,86
04	TUBO METALON 30X20X18 (VARA 06 METROS)	UN	10,0000	73,8267	738,27
05	TUBO METALON 50X30X14 (VARA 06 METROS )	UN	3,0000	179,3933	538,18
06	TUBO METALON 50X30X18 (VARA 06 METROS)	UN	18,0000	116,4133	2.095,44
07	TUBO METALON 50X50X16 (VARA 6 METROS)	UN	18,0000	188,6700	3.396,06
08	TUBO REDONDO PT 11X4X18 (VARA 06 METROS )	UN	26,0000	73,3600	1.907,36
<b>Total</b>					<b>R 15.416,16</b>

*B. M. +*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



A realização de outro processo licitatório para a aquisição aqui em foco seria prejudicial a esta Prefeitura, pois afetaria o andamento os serviços pretendidos pela Secretaria de Educação, inclusive, impossibilitaria a conclusão dos serviços de confecção de corrimão dentro do prazo estipulado pela Promotoria Pública.

Portanto como não acudiram interessados à licitação anterior para a venda dos materiais que são o objeto aqui enfocado, mantêm-se as condições exigidas para a proposta do processo licitatório que teve o seu julgamento deserto e esta não pode ser realizada sem prejuízo para a Administração e principalmente para a Secretaria de Educação do Município, se cumpre as exigências do inciso V, do art. 24 da Lei Federal 8.666/93.

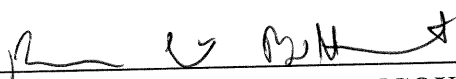
Porém, aconselho esta Administração a adquirir os materiais estritamente necessários para o atual atendimento da situação aqui exposta.

Observando-se tudo que já foi exposto se vê claramente que os princípios gerais que regem a Administração como o da legalidade, da sustentabilidade ambiental, da economicidade, da isonomia, da moralidade, da impessoalidade e o da supremacia do interesse público, aqui são amplamente respeitados.

Assim, firmo este parecer favorável à dispensa de licitação para se adquirir **TUBOS DE METALON E OUTROS CORRELATOS PARA CONFEÇÃO DE UMA GRADE E UM CORRIMÃO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO DOMINGOS E DO ALTO DA CONCEIÇÃO**, da empresa Metalon 2000 – Comércio de Ferragens Ltda./ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.503.099/0001-32, com sede à Rua Elpídio Henrique Souza, nº 215, Vila Laroca, no Município de Além Paraíba – MG, com proposta apresentada no valor de R\$ 15.416,16 (quinze mil quatrocentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), o que faço, com fulcro no art. 24, V, da Lei Federal 8.666/93.

É o meu parecer, s.m.j.

Santo Antonio do Aventureiro - MG, 25 de outubro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT – OAB/MG 91.823**  
Assessor Jurídico